

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.453 - SP (2018/0275813-8)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : MARCIO RODRIGO DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por MARCIO RODRIGO DE SOUZA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, no writ n. 5016154-56.2018.4.03.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 2 (dois) anos de detenção em regime aberto, a qual foi substituída por prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária. O fato foi praticado no ano de 2009 e a denúncia foi recebida em 03/05/2011. A sentença transitou em julgado para o Ministério Público em 09/01/2013 e para a Defesa em 05/06/2017.

Depreende-se dos autos que o Juízo da Execução rejeitou o pedido de declaração da prescrição da pretensão punitiva, determinando o imediato cumprimento da pena restritiva de direitos (fls. 111-118).

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, mas a ordem foi denegada, conforme v. acórdão assim ementado (fls. 168-169):

"HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA AMBAS AS PARTES. ORDEM DENEGADA.

1. O recorrido foi condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto. A sentença condenatória transitou em julgado para a acusação em 09/01/2013 e para o paciente em 05/06/2017.

2. O termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado para ambas as partes, porquanto somente neste momento é que surge o título penal passível de ser executado pelo Estado.

3. *Considerando que o trânsito em julgado para a defesa apenas se deu em 05/06/2017, quando a condenação e a sanção penal restaram confirmadas, não se pode concluir que houve a prescrição da pretensão executória do Estado, uma vez que o prazo prescricional de 04 (quatro) anos, previsto no art. 109, inciso V, do Código Penal, não se ultimou.*

4. *A mudança jurisprudencial do C. Supremo Tribunal Federal a respeito do tema da execução provisória da pena, nos autos do HC 126.292/SP, dc 17/02/2016, é superveniente ao caso concreto, não modificando o entendimento expendido.*

5. *Prescrição não verificada. Ordem denegada."*

No presente recurso, a Defesa sustenta afronta ao art. 112, I, do Código Penal alegando que o lapso temporal para prescrição da pretensão punitiva começa contar do trânsito em julgado para a acusação, tendo o Tribunal de origem decidido de forma oposta à dicção legal ao adotar como marco para contagem de tempo a data do trânsito em julgado para ambas as partes.

Requer o conhecimento e provimento do recurso para reformar o acórdão combatido e conceder a ordem para reconhecer a prescrição.

O Ministério Público Federal, às fls. 200-202, manifestou-se pelo não conhecimento do recurso, em parecer assim ementado:

É o relatório.

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. TRÂNSITO PARA AMBAS AS PARTES. NÃO CONHECIMENTO."

É o relatório.

Decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Como relatado, o recorrente pretende, em síntese, que seja

adotada a data do trânsito em julgado para acusação como marco para contagem de prazo prescricional e o consequente reconhecimento da prescrição.

Assiste razão ao recorrente.

Prevalece, há muito, nas duas turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte de Justiça, o entendimento de que a partir da sentença condenatória irrecorrível, o marco inicial para a verificação da prescrição da pretensão executória é o **trânsito em julgado para a acusação**, nos termos estabelecidos pelo art. 112, I, do Código Penal.

Nesse sentido:

"PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO CULPOSO. ART. 302, CAPUT, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA PARA A ACUSAÇÃO. RECONHECIDA DE OFÍCIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

[...]

*3. Quanto à prescrição executória, nos termos do art. 112, I, do CP, o termo inicial da contagem do prazo prescricional é o do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação. No caso, conforme depreende-se dos autos, o trânsito em julgado para a acusação ocorreu em 23/03/2015 (e-STJ, fl. 810). O art. 110, **caput**, combinado com art. 109, V, do CP, estabelece que a prescrição depois do trânsito em julgado da sentença condenatória é regulada pela pena aplicada e o prazo, para o caso, deve ser de dois anos, sendo o acusado menor de 21 anos ao tempo do crime (art. 115 do CP). Desse modo, percebe-se que houve a prescrição da pretensão executória estatal.*

*4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, para reconhecer, de ofício, extinta a punibilidade do recorrente, em razão da configuração da prescrição da pretensão executória em relação à ação penal n. 2012.0010125-1." (EDcl no AgRg no AREsp 797.211/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 22/09/2017)*

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. ART. 112, I, DO CÓDIGO PENAL. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. Essa Corte Superior sedimentou o entendimento de que, nos termos do que dispõe o art. 112, I, do Código Penal, o prazo prescricional da pretensão executória começa a correr com o trânsito em julgado para a acusação.

2. Segundo o art. 114, inciso I, do Código Penal, a pena imposta ao agravante - pena de multa -, prescreve em 2 (dois) anos.

*3. Na hipótese, considerando a pena imposta no patamar de 10 dias-multa, com trânsito em julgado para a acusação em 5/6/2015, verifica-se a ocorrência da prescrição da pretensão executória, tendo em vista que, após a data do trânsito em julgado para a acusação transcorreu lapso temporal superior a 2 anos. Agravo regimental prejudicado. De ofício, reconhecida a prescrição da pretensão executória para declarar a extinção da punibilidade." (AgRg nos EDcl nos EDv no AgRg nos EDcl nos EAREsp 770.540/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 27/06/2017).*

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. INTERPRETAÇÃO LITERAL DO ART. 112, I, DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado.

*2. Agravo regimental improvido." (AgInt no AREsp 593.058/DF, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 01/08/2017).*

De fato, nos termos do art. 110, **caput**, do Código Penal, a

prescrição depois do trânsito em julgado da sentença condenatória é regulada pela pena aplicada. Considerando a sanção cominada de 02 (dois) anos de detenção, a prescrição ocorre em **4 (quatro) anos**, nos termos do art. 109, inciso V, também do Código Penal.

No caso, conforme consta dos autos, a sentença condenatória transitou em julgado para o Ministério Público estadual em 09/01/2013 (fl. 34), sendo que o paciente não havia iniciado a execução da pena até a data de 08/01/2017.

Assim, observa-se que já escoou o prazo prescricional de 4 (quatro) anos entre o trânsito em julgado para a acusação (09/01/2013, fl. 34) e a presente data, momento em que restou comprovado que o recorrente ainda **não havia dado início à execução**, o que importa na declaração de extinção da punibilidade do réu pela prescrição, por determinação do art. 107, IV, também do Código Penal.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. TERMO INICIAL DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

O acórdão impugnado encontra-se em desacordo com o entendimento desta Corte de que o prazo da prescrição da pretensão executória conta-se a partir do trânsito em julgado para a acusação, nos termos do art. 112, I, do Código Penal. Precedentes.

A pena do paciente foi fixada em 2 anos de reclusão, a condenação transitou em julgado para a acusação em 10/5/2010, e o Tribunal negou provimento à apelação da defesa. Considerando-se o prazo prescricional de 4 anos (art. 109, V, do Código Penal), o início da execução da pena deveria ter-se dado até 10/5/2014, o que não ocorreu.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para declarar a extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão executória." (HC 341.048/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 10/06/2016, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. ART. 112, I, DO CÓDIGO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. Consoante a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, o termo a quo para a contagem da prescrição da pretensão executória consiste no trânsito em julgado para a acusação, consoante exegese do art. 112, I, do Código Penal.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1471505/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz DJe 27/09/2017, grifei).

Portanto, desde o dia 09/01/2017 a pretensão executória estatal encontra-se prescrita, de forma que, como já relatado, por ser questão de ordem pública, pode ser reconhecida **ex officio**.

Ante todo o exposto, **dou provimento ao recurso** para declarar extinta a punibilidade do recorrente quanto à condenação proferida nos autos do processo n. 0002256-35.2011.4.03.6102, que deu origem ao processo de execução n. 0005629-64.2017.4.03.6102, em razão da prescrição da pretensão executória estatal, c/ fulcro nos arts. 107, IV, 109, V, 110, e 112, I, todos do Código Penal.

P. e I.

Brasília, 02 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator